

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, BRASÍLIA, DF, 10 DE SETEMBRO DE 1996

*Senhor Vice-Presidente, Dr. Marco Maciel; Reverendíssimo Núncio Apostólico, Dom Aldo Rapisarda; Senhor Ministro da Justiça, Nelson Jobim; Senhores Ministros de Estado que aqui estão; Senhor Procurador-Geral da República; Senhores Parlamentares; Senhor Presidente da Associação Brasil-Soka Gakkai; Senhoras e Senhores;*

É mais um passo no sentido da concretização daquilo que vem sendo o trabalho contínuo deste Ministério da Justiça esta exposição que, agora, graças à generosidade do Soka Gakkai, nós podemos exibir aqui.

Desde o início do meu Governo, com o apoio generalizado do Congresso e do País, já o disse o Ministro Jobim, nós tomamos a decisão de enfrentar temas que, no passado, eram postos à margem e que são temas difíceis. É fácil pronunciar a expressão “direitos humanos”. É muito difícil exigir o cumprimento deles, sobretudo num país como o nosso, muito diversificado, com diferenças de classe e de educação tão pronunciadas e que, de alguma maneira, se havia acostumado, desde o tempo da escravidão – sejamos claros, não é coisa recente – a não dar

ao outro a consideração devida, a não encarar o ser humano, no conjunto da sua potencialidade, como algo que, por ser existente, ter vida e a condição humana, merece respeito e consideração.

Não foi assim que fomos criados, historicamente. Fomos criados, historicamente, como uma sociedade marcada por diferenças que faziam esquecer o outro, em todos os aspectos.

Quantas vezes, na cidade em que nasci, o Rio de Janeiro, dos edifícios divisava ao longe as favelas. Naquele tempo, faz muitos anos já, as favelas não adentravam as cidades, e quantas vezes ouvi dizer: “Que beleza essas luzes, esse lusco-fusco das favelas!” – como se não representasse uma tragédia a impossibilidade de uma habitação condigna para o ser humano.

Isso, assim, foi em tudo no Brasil. A experiência da vida cotidiana não tem sido de respeito pelos direitos humanos, e a primeira condição para que possamos recuperar essa dimensão, tão contemporânea e tão essencial à democracia, é, precisamente, reconhecer que há essas dificuldades. Não adianta uma diplomacia que procure mostrar lá fora uma imagem positiva, quando a realidade, aqui, é desastrosa. Vale mais reconhecer e começar a reconstruir do que negar.

Não faltou quem, em certos momentos, dissesse que seria mais prudente que o Presidente não entrasse em certos temas. Alguns deles são realmente difíceis, inclusive, o que talvez tenha sido o mais difícil, o de assumir, eu próprio, como Chefe de Estado, a responsabilidade que o Estado teve pelos excessos que praticou, pela tortura e pelas mortes que ocorreram. Achei que não havia outro caminho para que realmente enraizássemos a democracia no Brasil, senão o de começarmos por reconhecer os enganos, mesmo quando os enganos não tivessem sido praticados por nós – longe de mim, que, na verdade, no que diz respeito a esse aspecto dos direitos humanos, era vítima, e não opressor. Mas devia-se começar por mim, como Presidente da República, dizer: “Houve, e não queremos mais que isso se repita!”

E é assim nos vários aspectos da vida. O mais difícil já foi mencionado: trata-se de moldar uma mentalidade, uma cultura, uma predisposição, uma forma de comportamento. Isso requer não apenas o

reconhecimento das injustiças, mas também uma formação, nas escolas, nas polícias, na vida cotidiana, nos meios de comunicação; requer todo um esforço para que possamos atuar de maneira condigna. Condigna quer dizer com dignidade para os dois lados.

É isso que estamos buscando e é isso que se vai construindo, não no sentido de se imaginar que, de repente, tudo vire uma maravilha e, de repente, as desigualdades desapareçam, as diferenças de opinião desapareçam. Não vão desaparecer. Mas o respeito tem que existir, o respeito à lei como precondição numa democracia, o respeito ao cidadão como base da convivência pacífica de uma sociedade.

Por certo – e isso foi reconhecido por quem já falou em nome da Soka Gakkai – nós tivemos, como nação, também virtudes, entre as quais a de, a despeito dos preconceitos e das discriminações, nós convivemos. Não somos outra coisa – e disso nos orgulhamos – senão um país multirracial, um país que tem culturas diversas, que afirma essas diversidades, que se orgulha dessas diversidades e aprendeu a conviver com essas diversidades e a construir uma nação, respeitando o outro. E de tal maneira respeitamos, que já não existe nem mesmo a percepção das diferenças na cultura, na cor, em muitos aspectos – embora elas existam e devam ser valorizadas. Começa a haver uma valorização mais nítida do que significa essa pluralidade, que é alguma coisa muito própria de nós, brasileiros.

É com esse espírito de respeito aos direitos humanos, de reconhecimento do que há de errado, de busca de acertar, de valorizar a nossa tendência a uma convivência amena – embora nem sempre, mas valorizando a amenidade, para evitar que os aspectos cruéis sobrepõem as amenidades, e não transformando amenidades num embuste, numa forma ideológica de racionalização de um comportamento que não é igualitário, mas buscando, apesar das diferenças, marcar caminhos nos quais possamos estar juntos – que o conjunto da sociedade brasileira, hoje, refaz seus caminhos, e refaz com muita firmeza e com muita tranquilidade.

Hoje se pode dizer, aí, sim, com satisfação, que aquele fosso imenso que havia entre o Estado e a sociedade – o Estado representando,

quase sempre, a opressão, e a sociedade, pelo menos na sua maior parte, quase sempre, à margem, quando não oprimida – começa a desaparecer. Já se nota uma porosidade maior nas estruturas estatais e uma aceitação maior também, por parte da sociedade civil, da necessidade do poder público, da legitimidade do poder público e do respeito à lei.

Esta exposição que vamos inaugurar, seguramente, é uma amostra de um caminho a ser perseguido, a ser buscado, ao fim do qual poderemos alcançar o que almejamos: uma sociedade mais justa, em que prevaleça a paz.

Muito obrigado aos senhores.